

Cobertura do processo de desestatização do Porto de Itajaí por portais de notícias: uma análise sobre a publicação integral dos textos produzidos por uma assessoria de imprensa

Coverage of the Itajaí Port prize process by news portals: an analysis of the full publication of texts produced by a press office

Bianca LUCA¹

Carlos Roberto Praxedes dos SANTOS²

Resumo

O presente artigo analisa a prática da utilização de releases de forma integral em veículos de imprensa da região de Itajaí, em Santa Catarina. Os releases foram enviados pela assessoria da Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, autarquia municipal que administra um dos maiores terminais portuários do Brasil. No período analisado, o Porto passava por uma fase em que se avaliava sua desestatização. Utiliza-se, para tanto, da metodologia da análise de conteúdo, ao comparar os textos produzidos pelos portais No Ponto SC, O Nosso Jornal, O Tempo e Oi SC, todos semanais, durante o período entre agosto de 2021 e agosto de 2022, com os textos produzidos pela assessoria do Porto. O estudo conclui que, entre os doze releases que tratam do processo de desestatização da autarquia e produzidos pela assessoria durante este período, sete foram publicados de forma integral, ou parcialmente reescritos.

Palavras-chave: Releases. Assessoria de Comunicação. Porto de Itajaí. Desestatização.

Abstract

This article analyzes the practice of using releases in full in press vehicles in the region of Itajaí, in Santa Catarina. The releases were sent by the Communications Secretariat of the Port of Itajaí, a municipal authority that manages one of the largest port terminals in Brazil. During the period analyzed, Porto was going through a phase in which its privatization was being evaluated. To this end, the methodology of content analysis is used, when comparing the texts produced by the portals No Ponto SC, O Nosso Jornal, O Tempo and Oi SC, all weekly, during the period between August 2021 and August 2022, with the texts produced by the Porto press office. The study concludes that, among the twelve releases that deal with the autarchy's privatization process and produced by the consultancy during this period, seven were published in full, or partially rewritten.

Keywords: Releases. Communication Advisory. Port of Itajaí. Privatization.

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).
E-mail: biancaluca17@outlook.com

² Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti/PR. Professor do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).
E-mail: carlospraxedes@gmail.com

Introdução

A evolução do jornalismo brasileiro consiste parcialmente no desenvolvimento tecnológico, o qual possibilitou maior interação com os consumidores de informação, por meio de sites, blogs e jornais digitais. Em decorrência da ampla utilização de computadores e a Internet, nos dias atuais tornou-se frequente o exercício de apropriação de trechos de obras alheias, em diversos campos do jornalismo. A internet é um ambiente onde a prática do “Control + C e Control + V” (copiar e colar – por meio de atalhos do teclado) tem como objetivo, facilitar e agilizar formas de produção, porém, é utilizada de forma inadequada, ou seja, com intuito de copiar um trabalho original de um determinado autor, sem a autorização do mesmo ou devidos créditos.

Essa apropriação de texto alheio sem referenciar a fonte se assemelha à antiga prática radiofônica do *gillette press*, termo surgido no início do século XX. Na época, locutores abasteciam seus noticiários com recortes de trechos de colunas de jornais. Para facilitar a edição dos pontos mais importantes da notícia, utilizavam lâminas de barbear ou tesouras para recortar aquilo que consideravam relevante para locutar aos ouvintes.

De forma pejorativa, este procedimento ficou conhecido como *gillette-press* ou *tesoura-press*”. Apesar de subverter a função do rádio, era comum nos seus primeiros tempos e continua presente em muitas de nossas emissoras, com roupagem nova: *gillette-press* virtual, resultado de copy e paste obtidos em sites da Internet. “O noticiário, além de muito reduzido, vinha com algum atraso, porque era todo colhido nas colunas dos jornais...”. Não existiam ainda repórteres nas rádios, apenas locutores, abastecidos pela recortagem dos jornais (Ortriwano, 2000, p. 70).

No entanto, o ethos do jornalismo consiste em uma atividade social, transparente e autêntica. Por considerar relevante e indispensável o papel do jornalismo na sociedade, é necessário evidenciar a cultura existente nas redações em jornais digitais, voltadas à prática de copiar informações divulgadas em determinados veículos de comunicação, sem citar as devidas fontes propagando, dessa forma, a infiltração de *fake news* no meio jornalístico, assim como representar conduta antiética e até próxima da esfera criminal.

Com base nisto, torna-se imprescindível abordar a alta propagação dessa problemática, com o intuito de evidenciar a necessidade de conteúdos inéditos de própria autoria, e a conscientização sobre a importância de publicar produções com seus referidos autores. Desta maneira, podemos questionar: portais de notícia da região de Itajaí

realizam a prática de reproduzir integralmente os releases que são enviados pela assessoria da Superintendência do Porto de Itajaí? Para responder a esta pergunta, o objetivo geral deste artigo é examinar a reprodução de textos elaborados pela assessoria do Porto de Itajaí de forma integral ou parcial pelos portais de notícia da região de Itajaí durante o processo de desestatização da autarquia municipal, entre o período correspondente a agosto de 2021 e agosto de 2022, de acordo com o ethos jornalístico.

Entre os objetivos específicos, está a verificação da quantidade de notícias publicadas sobre o processo de desestatização, nos portais: No Ponto SC, O Nosso Jornal, O tempo classe, Oi notícias, e evidenciar a prática da cópia integral ou parcial dos releases disponibilizados no site institucional da Superintendência do Porto de Itajaí, através da Secretaria de Comunicação. A escolha se deu após consulta à Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí que constatou, por meio de clipagem, os portais de notícia que cotidianamente mais publicam notícias advindas dos releases do Porto.

A ética no jornalismo e seus desvios

O referencial teórico do presente artigo tem por objetivo apresentar fundamentações e contribuições para o ethos do jornalismo. Assim, buscou-se, no campo do conhecimento, as principais referências na definição do conceito.

Para Traquina (2005 p.19), o significado sobre o que é o jornalismo, de fato, abrange uma esfera de argumentos e significados que não poderiam ser citados em um curto período, ou em apenas um livro em abordagem direcionada somente para técnicas jornalísticas. No entanto, de uma forma simplificada e de fácil compreensão, o autor abrange um fato importante, ao relacionar o exercício do jornalismo com as práticas da democracia, lembrando a alusão ao jornalismo como um Quarto Poder.

A compreensão da relevância sobre a ética jornalística é baseada em “Ética no jornalismo”, de Rogério Christofolletti, o qual menciona a prática cotidiana da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, em que, a conduta ética se confunde com a própria qualidade técnica do trabalho. O jornalismo, desde seu primórdio, reside em um patamar equivalente à ética, e tem como finalidade servir à sociedade.

O profissional do jornalismo depara-se cotidianamente com diversas questões éticas, às quais englobam o conceito de justiça e a liberdade de expressão. De acordo com (Christofolletti, 2008, p. 81), há códigos deontológicos para jornalistas que são de três

origens: “entidades classistas — como sindicatos e federações, associações de meios de comunicação ou empresas jornalísticas, que ditam suas próprias orientações de conduta profissional” (Christofoletti, 2008, p. 81), e destacam-se os códigos de ética da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), da *American Society of Newspaper Editors* (ASNE), da *Society of Professional Journalists* (SPJ) e da Declaração de Chapultepec. Ainda assim, mesmo com diversos códigos deontológicos que dividem o espaço no mercado e nas redações, eles não conseguem impossibilitar que o jornalismo seja uma atividade marcada por desvios e falhas éticas, seja em âmbito nacional ou internacional (Christofoletti, 2008, p. 82).

Ética jornalística

Os jornalistas não transmitem apenas veracidade e fatos, existem erros ao tentar passá-los aos leitores. Os sete pecados capitais apontados por (Johnson, 1993 *apud* Bucci, 2000, p. 131), nos ajudam a verificar tais situações.

O primeiro pecado dividido em duas formas de distorção, refere-se primeiramente à distorção deliberada, quando ocorre a alteração dos fatos constantemente não sendo advertida. É a mentira constante e consciente, adulterações deliberadas de informação como no caso das emissoras de TV que detém monopólio ou oligopólio nacional. Desta forma, as pessoas têm uma única visão das informações, acreditam nela, e nenhuma outra pessoa ou emissora contesta, pois não têm paridade com a outra, envolvendo automaticamente abuso de poder.

A existência dos monopólios, as distorções deliberadas e o abuso de poder não são um problema ético exclusivo dos jornalistas, mas de toda sociedade. Os jornalistas sozinhos, são impotentes para resolvê-lo. Os donos do meio de comunicação, em geral, não têm interesse nisso (Bucci, 2000, p. 140).

A segunda forma de distorção é a inadvertida, segundo (Bucci, 2000, p. 140) é mais “doméstica” e diz respeito à problemas inerentes ao jornalista como a pressa na apuração, a transformação do rumor em notícia, ao “offismo” e ao “vazamentismo”. Ou seja, é a distorção por equívoco, quando se publica algo somente para ter o furo, sem checá-lo a fundo. Com isso, pode-se distorcer os fatos. O tempo é de extrema relevância no jornalismo, no entanto, o compromisso com a verdade compreende uma vantagem

ainda mais significativa. “As distorções inadvertidas conduzem ao vexame ou, o que é pior, ao assassinato de reputação. Foi isso que se deu com o caso da Escola Base, em São Paulo” [...] (Bucci, 2000, p. 141).

O segundo pecado apontado por Bucci é o culto das falsas imagens. Nele, pessoas comuns e celebridades possuem histórias tornadas novelas, transformadas em uma narrativa. Dessa forma, desenvolve-se a prática de imagens com o intuito de emocionar o público, sensibilizar e gerar emoções (Bucci, 2000, p. 142).

O terceiro pecado capital da ética refere-se à invasão da privacidade, quando a vida pessoal de outra pessoa é exposta, com a intenção voltada para a venda desenfreada de jornais. O autor cita diversos exemplos de invasão de privacidade direcionada a pessoas de cunho político como Bill Clinton e Fernando Collor. Para Eugênio Bucci, é necessário um limite. “Há de existir um limite — onde não existe limite, não existe ética” (Bucci, 2000, p.149).

O quarto pecado ético do jornalista é o assassinato de reputação que ocorre por meio das duas distorções éticas descritas anteriormente, ambas relacionadas ao primeiro pecado. Vale ressaltar a descrição explicativa elaborada por Bucci: “Quando os personagens se situam acima da linha da dignidade humana, e desfrutam de alguma reputação, aí sim, entende-se que a imprensa é capaz de destruí-los. E de fato os destrói. Por distorção deliberada ou inadvertida” (Bucci, 2000, p. 157).

O quinto pecado é relacionado à superexploração do sexo, envolve uma questão moral do país, e os costumes cotidianos de cada comunidade. No Brasil, ocorre a superexploração com finalidade para o lucro, em diversos meios de comunicação e plataformas digitais. Bucci (2000), questiona a moral do público para programas televisivos, por meio de comparações e indagações: “Os programas que mais geram protesto, são também os que mais se destacam na audiência” (Bucci, 2000, p. 160).

O sexto pecado é o envenenamento das mentes das crianças, o qual não está ligado a um pecado de imprensa e, sim, de âmbito cultural. Bucci cita um exemplo publicitário: “As propagandas na tv ensinam que ter um tênis caro é mais importante do que ser solidário” (Bucci, 2000, p.161). Neste sentido, busca-se apenas o visual, sem interesse em oferecer o conteúdo.

O sétimo e último pecado da ética é o abuso de poder. A denominação da imprensa de “Quarto poder”, demonstra que a mídia exerce realmente poder sobre as pessoas e, conseqüentemente, sobre suas opiniões. A mídia apropriou-se da expansão, diversificação

e adaptou-se à internet, trazendo a questão ética para o poder aplicado de forma direta nas opiniões alheias resultando na manipulação dela.

Porto de Itajaí

Os primeiros estudos técnicos para a construção do Porto de Itajaí iniciaram em 1905, por meio da Comissão de Melhoramentos de Portos e Rios. Em 1914, a primeira obra foi realizada, composta de 700 metros no Molhe Sul, seguidas posteriormente no Molhe Norte e, em 1938, foi construído o primeiro trecho de cais com 233 metros de comprimento, inaugurando a primeira instalação de armazém (Russo, 2013, p. 80).

O segundo trecho contendo 270 metros foi realizado no início da década de 1950, juntamente com o primeiro armazém frigorífico, no qual, encontrava-se voltado para atividades pesqueiras. Em 1966 foi instalada a Junta Administrativa do Porto de Itajaí, subordinada ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis sendo considerado Porto Organizado. Com a criação da Portobrás em 1975, o gerenciamento do terminal de Itajaí passou a ser exercido pela Administração do Porto de Itajaí vinculada à estatal, sendo extinta em 1990.

A Superintendência do Porto de Itajaí, na condição de Autoridade Portuária, é responsável pela gestão do Porto de Itajaí desde o período que compreende 16 de junho de 1995. O Decreto de 24/08/1990, dispõe sobre a descentralização da administração dos portos, e através dele o Ministério da Infraestrutura, concedeu a autorização para descentralizar às sociedades de economia mista subsidiárias da Portobrás, mediante convênio e pelo prazo de um ano, a administração do Porto de Itajaí.

Posteriormente, por meio da comprovação da importância econômica e social do Porto para a comunidade, Estado e região, o município de Itajaí com o apoio dos sindicatos, trabalhadores portuários, entidades de classe, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, entre outras lideranças, buscou-se no ano de 1995 a descentralização do Porto em prol do município. Contudo, através do Convênio de Descentralização Administrativa celebrado entre a União, com interveniência da Companhia Docas de São Paulo (Codesp) e o Município de Itajaí, homologado pela Lei Municipal de 16/06/1995, o Porto de Itajaí passou a ser administrado provisoriamente, pelo município de Itajaí.

A descentralização provisória, acrescidas de prorrogações de prazos por aditivos, prevaleceu até 31/12/1997, quando a União consentiu em desvincular o Porto de Itajaí da Codesp e delegar sua gestão diretamente ao município de Itajaí, com início de vigência em 01 de janeiro de 1998, pelo prazo de 25 anos, prorrogável por igual período, para exercer as atribuições e jurisdição de Autoridade Portuária, por meio da Administradora Hidroviária Docas Catarinense (ADHOC), atualmente denominada Superintendência do Porto de Itajaí.

Atualmente o Porto de Itajaí é formado pelo Porto Público e APM Terminals Itajaí, e pelo Complexo que abrange os terminais da Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes, Terminal Portuário Braskarne, Trocadeiro Terminal Portuário, Poly Terminal S/A e Teporti Terminal Portuário Itajaí S/A.

O processo de desestatização do Porto de Itajaí

O primeiro contrato de delegação do Porto de Itajaí ao Município encerrou no dia 31 de dezembro de 2022. Segundo a Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, com a proximidade do término do convênio, representantes do município realizaram a elaboração e o encaminhamento para o Governo Federal, de diversos pedidos pela prorrogação do contrato vigente, por no mínimo mais 25 anos. Contudo, a União rejeitou as solicitações propostas, iniciando dessa forma, a elaboração do edital para a privatização integral do Porto de Itajaí.

No entanto, em 25 de julho de 2022, o processo foi adiado pelo Ministério da Infraestrutura, resultando na prorrogação do convênio por mais dois anos. Dessa forma, no dia 31 de dezembro de 2022, o contrato de arrendamento com a arrendatária APM Terminals foi encerrado.

Release para assessorias de imprensa

O assessor de comunicação tem a função de facilitar a relação de seu cliente, seja ele pessoa física ou entidades com as instituições e os formadores de opinião. O leque de atividades deste profissional é bastante amplo, a ele compete coordenar ações de Relações Públicas, Imprensa, Publicidade e Propaganda. Mais recentemente, foram integradas a esse conjunto ações as estratégias de marketing (Araújo, 2009, p. 4). Entre os principais

serviços prestados pela assessoria de comunicação está a elaboração de releases. “O release pode se transformar em uma matéria jornalística se tratar de algo novo, inédito, um assunto que consiga se destacar no conteúdo da mídia que diariamente é apresentado aos leitores, telespectadores, ouvintes e usuários da internet” (Carvalho, 2009, p.1).

Segundo Duarte (2003, p. 252), o principal objetivo do release é informar ou chamar a atenção do jornalista para um assunto com potencial para tornar-se notícia. O interesse público acerca de notícias divulgadas por meio de diversas assessorias, tornam os assessores de imprensa dependentes dos jornalistas para a eficiência no seu trabalho, por meio de releases, com o intuito de cumprir o dever de informar e divulgar notícias. As funções de ambos, desencadeiam definições distintas. Os assessores de imprensa devem exercer a responsabilidade de divulgar informações verídicas, em consideração a questão ética e de direitos autorais em consideração ao texto produzido para divulgação.

Metodologia

Para a construção deste artigo, foi realizada uma análise comparativa referente aos releases publicados pela Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, em seu site, em relação ao processo de desestatização do Porto de Itajaí. Dessa forma, o estudo evidenciou a forma alguns portais de notícia da região de Itajaí, publicaram as matérias pertinentes ao assunto nos respectivos portais. Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, no qual se obtém uma abordagem de pesquisa explicativa, havendo necessidade de identificar dados verídicos que não estejam relacionados a referenciais numéricos.

Na concepção de Brandão (2001),

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

Já o método de pesquisa quantitativa busca resultados que possam ser quantificados, através da coleta de dados. De acordo com Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade que atua acerca de um problema humano ou social, sendo fundamentada no teste de uma teoria e constituída por variáveis quantificadas em números, avaliada de modo estatístico.

A finalidade da pesquisa abrange, em sua totalidade, a análise de cinco portais de notícias da região de Itajaí, em relação à prática da reprodução total ou parcial dos textos durante o processo de desestatização do Porto de Itajaí, com base nos releases disponibilizados no portal da Superintendência do Porto de Itajaí, no período que corresponde entre o mês de agosto de 2021 e agosto de 2022. Trata-se de uma comparação entre os textos publicados no site da Secretaria de Comunicação do Porto com as matérias publicadas por cinco portais de notícia da região, levando-se em consideração os títulos, as entrevistas, o desenvolvimento textual e imagens sem crédito.

Para isso, a pesquisa foi baseada em estudos de autores como, Rogério Christofolletti, Nelson Traquina e Eugênio Bucci.

Gillette press nos releases do Porto de Itajaí

Os portais No Ponto SC, O Nosso Jornal, O Tempo e Oi SC, analisados durante a pesquisa, apresentaram informações contidas no release da Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, de forma integral ou parcial. Em 30 de junho de 2021 foi criado o portal No Ponto SC. Constatou-se que entre os doze releases produzidos pela Secom do Porto de Itajaí, o portal No Ponto SC noticiou três deles, intitulados como, “Videoconferência discute processo de desestatização do Porto de Itajaí”, “Superintendência do Porto de Itajaí, Município de Itajaí e Univali, apresentam relatório final para manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal” e “Porto de Itajaí completa 27 anos de municipalização nesta quinta-feira”, apresentaram a mesma estrutura textual envolvendo título, subtítulo, texto e imagens. Comprovou-se que em nenhuma das três matérias no portal do jornal há referência à extração de informações do release enviado pela assessoria de comunicação.

A análise realizada no portal de notícias O Nosso Jornal, localizado em Navegantes, constatou uma cópia parcial do release: Porto de Itajaí comemora 27 anos de municipalização com modernização e crescimento, enviada e publicada pela Secom, em 14 de junho de 2022. A matéria foi divulgada no portal do jornal em 21 de junho de 2022, utilizando algumas alterações no título como a substituição da palavra *comemora* por *completa*, e o acréscimo da frase, *com modernização e crescimento*. A utilização de tópicos no decorrer do texto foi utilizada para separar parágrafos idênticos aos do release, descartando curtos trechos, de forma a utilizar a entrevista do prefeito de Itajaí, Volnei

Morastoni. A foto encaminhada no corpo do e-mail do release, referente a uma montagem comparativa ao Porto de Itajaí no ano de 1996 e 2021, também foi utilizada.

Entre os doze releases produzidos pela assessoria da Secom, quatro deles apresentaram cópias idênticas no portal O Tempo. São eles, *Criado Fórum de Defesa Permanente para discutir avanços sobre a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal; Representantes do Fórum de Defesa pela Manutenção da Autoridade Portuária realizam nova Reunião de Trabalho nesta terça-feira (31); Univali faz apresentação de Análise Técnica sobre a hipótese de Desestatização do Porto de Itajaí; Autoridade Portuária de Itajaí reforça pedido de sugestões e demais questionamento a respeito do processo de Desestatização; Constatou-se que as referidas notícias publicadas no veículo de imprensa, com apropriação de título, texto, entrevistas e imagem não mencionam informações ou autoria de um release produzido pela Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí.*

No Portal Oi SC, localizado em Balneário Piçarras e fundado em 2018, constatou-se uma cópia integral do release divulgado, com o título: Porto de Itajaí, Município de Itajaí e Univali, apresentam relatório final para manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal. A matéria apropria-se do título, texto e imagem sem a menção da verdadeira autoria.

Tabela: Publicações dos releases referentes ao processo de desestatização do Porto de Itajaí¹

JORNAIS	TÍTULO	DATA	TIPO DE CÓPIA
No Ponto SC	Videoconferência discute processo de desestatização do Porto de Itajaí;	11/09/2021	Integral
	Superintendência do Porto de Itajaí, Município de Itajaí e Univali, apresentam relatório final para manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal;	20/10/2021	
	Porto de Itajaí completa 27 anos de municipalização nesta quinta-feira;	16/06/2022	

O nosso Jornal	Porto de Itajaí comemora 27 anos de municipalização com modernização e crescimento;	21/06/2021	Parcial
O tempo	Criado Fórum de Defesa Permanente para discutir avanços sobre a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal;	03/10/2021	Integral
	Representantes do Fórum de Defesa pela Manutenção da Autoridade Portuária realizam nova Reunião de Trabalho nesta terça-feira (31);	29/09/2021	
	Univali faz apresentação de Análise Técnica sobre a hipótese de Desestatização do Porto de Itajaí;	05/10/2021	
	Autoridade Portuária de Itajaí reforça pedido de sugestões e demais questionamento a respeito do processo de Desestatização;	08/10/2021	
Portal Oi SC	Porto de Itajaí, Município de Itajaí e Univali, apresentam relatório final para manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal;	20/10/2021	Integral

Fonte: pesquisa dos autores

De acordo com a Assessoria de Comunicação do Porto de Itajaí, foram produzidos e publicados doze releases no site institucional, correspondentes ao atual processo de desestatização e encaminhados para aproximadamente mil e trezentos veículos de imprensa, dentre eles, os quatro portais analisados na região de Itajaí.

Os exemplos a seguir mostram releases produzidos pela Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, e a forma como foram utilizados para divulgação no portal No Ponto SC.

Figura 1: Release elaborado pela Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí

Itajaí, 10 de Setembro de 2021.
Superintendência do Porto de Itajaí – SPI.

Secretaria Geral de Comunicação Social – SECOM.

Videoconferência discute processo Desestatização do Porto de Itajaí

Participaram do encontro Administração Municipal, Autoridade Portuária, SNTP e membros dos TPA's.

Nesta tarde de sexta-feira (10), ocorreu uma importante Videoconferência, para discutir os avanços relacionados ao processo de Desestatização do Porto de Itajaí, devido à proximidade do termino de Convênio de Delegação do porto ao município.

O encontro foi organizado e motivado pelo Assessor de Gabinete, **Airlon Da Silva Jaques**, que, na oportunidade esteve representando o Secretário de Articulação Nacional, Lucas Esmeraldino, e o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva.

Estavam presentes na reunião, o Prefeito de Itajaí **Volnei Morastoni**, o Superintendente do Porto de Itajaí, **Fabio da Veiga**, o Diretor Geral de Operações Logísticas, **Heder Cassiano Moritz**, o Presidente da Intersindical Laboral e do Sindicato dos Armadores de Itajaí, **Ernando João Alves Júnior**, o Presidente do Sindicato dos Conferentes, **Marcio Aurélio Guapiano**, o Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Itajaí, **Jorge Roberto Duarte Maia**, o Presidente do Sindicato dos Consertadores, Cargas e Descargas do Porto de Itajaí, **Henrique José Ternes**, o Presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí, **Saul Airoso da Silva**, todos representando

Henrique José Ternes, o Presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí, **Saul Airoso da Silva**, todos representando os TPA's (classe dos Trabalhadores Portuários Avulsos).

O encontro contou ainda com a participação do Diretor do Departamento de Novas e Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, **Fábio Lavor Teixeira**.

O propósito da reunião está voltado para a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal, em pauta a elaboração de uma contraproposta a ser enviada ao Governo Federal, para que a Autoridade Portuária continue a manter este modelo de gestão, responsável pelo sucesso no terminal portuário.

FÓRUM DE DEFESA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA:

Na próxima terça-feira, 14, acontecerá no Auditório da Superintendência do Porto de Itajaí, uma nova Reunião de Trabalho, e na oportunidade, estarão presentes todos os membros titulares ou de seus representantes de Órgãos da Administração Pública, Sociedade Civil Organizada (Entidades), do Terceiro Setor e Setor Produtivo, Classe dos Trabalhadores Portuários, etc.

Com base em todos os esclarecimentos, que até o momento já foram levados ao público, este encontro objetiva o agrupamento de novas informações associadas ao processo de Convênio de Delegação 08/1997, tendo como objetivo geral, o **Poder Concedente de deferir a prorrogação do prazo de vigência por mais 25 anos, para vigorar até 1º/01/2048.**

A proposta realizada pelo Fórum nos últimos encontros, propõem que as reuniões ocorram semanalmente no auditório da Superintendência, podendo haver flexibilidade a possíveis encontros presenciais, e através de plataformas online.

Mais informações:

Fonte: Secom, em 10 de setembro de 2021.

Figura 2: Matéria publicada pelo portal de notícias No Ponto SC

Videoconferência discute processo Desestatização do Porto de Itajaí

Participaram do encontro Administração Municipal, Autoridade Portuária, SNTP e membros dos TPA's.

11 de setembro de 2021

Nesta tarde de sexta-feira (10), ocorreu uma importante Videoconferência, para discutir os avanços relacionados ao processo de Desestatização do Porto de Itajaí, devido à proximidade do termino de Convênio de Delegação do porto ao município.

O encontro foi organizado e motivado pelo Assessor de Gabinete, **Airlon Da Silva Jaques**, que, na oportunidade esteve representando o Secretário de Articulação Nacional, Lucas Esmeraldino, e o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva.

Estavam presentes na reunião, o Prefeito de Itajaí **Volnei Morastoni**, o Superintendente do Porto de Itajaí, **Fabio da Veiga**, o Diretor Geral de Operações Logísticas, **Heder Cassiano Moritz**, o Presidente da Intersindical Laboral e do Sindicato dos Armadores de Itajaí, **Ernando João Alves Júnior**, o Presidente do Sindicato dos Conferentes, **Marcio Aurélio Guapiano**, o Presidente do Sindicato dos Vigias Portuários de Itajaí, **Jorge Roberto Duarte Maia**, o Presidente do Sindicato dos Consertadores, Cargas e Descargas do Porto de Itajaí, **Henrique José Ternes**, o Presidente do Sindicato dos Estivadores de Itajaí, **Saul Airoso da Silva**, todos representando

FÓRUM DE DEFESA DA AUTORIDADE PORTUÁRIA:

Na próxima terça-feira, 14, acontecerá no Auditório da Superintendência do Porto de Itajaí, uma nova Reunião de Trabalho, e na oportunidade, estarão presentes todos os membros titulares ou de seus representantes de Órgãos da Administração Pública, Sociedade Civil Organizada (Entidades), do Terceiro Setor e Setor Produtivo, Classe dos Trabalhadores Portuários, etc.

Com base em todos os esclarecimentos, que até o momento já foram levados ao público, este encontro objetiva o agrupamento de novas informações associadas ao processo de Convênio de Delegação 08/1997, tendo como objetivo geral, o **Poder Concedente de deferir a prorrogação do prazo de vigência por mais 25 anos, para vigorar até 1º/01/2048.**

A proposta realizada pelo Fórum nos últimos encontros, propõem que as reuniões ocorram semanalmente no auditório da Superintendência, podendo haver flexibilidade a possíveis encontros presenciais, e através de plataformas online.

Fonte: Portal No Ponto SC, em 11 de setembro de 2021.

O exemplo acima mostra a cópia idêntica do release produzido pela Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí, sendo reproduzida como matéria pelo jornal No Ponto SC, no dia 11 de setembro de 2021. A assessoria elaborou o release a partir de uma videoconferência realizada por meio da Administração Municipal, Autoridade Portuária, SNTP (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Portuários) e membros dos TPA's, (classe dos Trabalhadores Portuários Avulsos), para discutir os avanços relacionados ao processo da desestatização do Porto de Itajaí. Observa-se que o release elaborado pela assessoria foi, na realidade, divulgado na íntegra pelo portal No Ponto SC, sem a menção à assessoria, a verdadeira responsável pelo conteúdo.

O release a respeito da criação do Fórum de Defesa Permanente, foi enviado pela assessoria no dia 3 de agosto de 2021, com o intuito de debater sobre os avanços ocorridos na Manutenção da Autoridade Portuária Pública e Municipal. O site O Tempo publicou o texto exatamente da mesma forma, ou seja, o release completo.

Figura 3: Release elaborado pela Assessoria de Comunicação do Porto de Itajaí

03 de agosto de 2021

CRIADO FÓRUM DE DEFESA PERMANENTE PARA DISCUTIR AVANÇOS SOBRE A MANUTENÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA PÚBLICO MUNICIPAL.

Itajaí, 03 de Agosto de 2021.

Superintendência do Porto de Itajaí - SPI.

Secretaria Geral de Comunicação Social - SECOM.

Criado Fórum de Defesa Permanente para discutir avanços sobre a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal.

Encontro aconteceu nesta manhã de terça-feira (03) com a presença de autoridades, entidades de Classe e Sindicatos da mão de obra portuária.

Aconteceu nesta manhã de terça-feira, 03, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itajaí, um encontro para debater os assuntos gerais sobre o atual processo de desestatização do Porto de Itajaí.

partoittajai.com.br – Privado

Aconteceu nesta manhã de terça-feira, 03, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itajaí, um encontro para debater os assuntos gerais sobre o atual processo de desestatização do Porto de Itajaí.

O objetivo do encontro motivou a criação de um "Fórum de Defesa" e destacou importantes itens para manter a Autoridade Portuária pública municipal. Este Fórum, por meio de seus representantes, estarão ajustando diretrizes, afim de informar à toda população de Itajaí quanto ao desembaraço deste processo e como será apresentado o novo modelo de gestão no próximo dia 25, com a presença dos representantes da Secretaria Nacional de Portos, Transportes Aquaviários (SNPTA) e Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Durante o encontro também foram lembrados os avanços que o porto de Itajaí conquistou ao longo do período do contrato (25 anos), que se encerra em 31 de dezembro de 2022.

Participaram do encontro o Prefeito e Vice-Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni e Marcelo Sobré, respectivamente, o Superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, juntamente com a Assessora Executiva da superintendência, Dra. Silvia Cristina Wanderlindé Benvenuti, membros do Secretariado municipal, representantes de Entidades de Classe da Sociedade Civil Organizada (COI, Marina Itajaí), presidentes, vice-presidentes representantes de Sindicatos dos Arrumadores, Conferentes, Servidores Públicos da Superintendência do Porto de Itajaí (SINTAC), e ainda representantes da Intersindical Patronal (16 sindicatos representados), e Intersindical Laboral (TPAs), pelos Trabalhadores Portuários Avulsos.

"Ao longo deste ano, visitamos mais de 90% de todos os parlamentares, em cada visita realizada pela autoridade portuária, foi concedido um material sobre este processo de desestatização, recentemente recebemos na sede da superintendência o Senador catarinense Jorginho Mello entre outros parlamentares da esfera estadual e federal. Os outros parlamentares da esfera estadual e federal. Os parlamentares apoiam a causa e agora é o momento de lutar por essa defesa", enfatiza o Superintendente do Porto de Itajaí Fábio Da Veiga.

O prefeito Volnei Morastoni ressaltou a importância da forte relação Porto Cidade, e destaca o reconhecimento nacional do Porto de Itajaí através do governo, como um modelo de sucesso no Brasil.

"O nosso Porto de Itajaí é um pequeno grande porto, porque tem apenas um quilometro de cais com 4 berços, e se destaca pelo sucesso que desempenha, tornando-se modelo de gestão através da autoridade pública municipal, reconhecido nacionalmente pelo governo federal. O movimento iniciou em 1995, ou seja, estamos a 25 anos com a autoridade pública municipal concretizado somente em 1997, através de uma delegação, havendo possibilidade de prorrogação por mais 25 anos. Os gráficos e relatórios de desempenho ao longo deste período, comprovam um crescimento superior a 1.500%. O desempenho operacional do porto é fruto de uma conjugação de vários setores, inclusive de uma cidade que abraça o Porto", conclui.

O presidente da Intersindical Laboral e do Sindicato dos Arrumadores de Itajaí, Ernando João Alves Júnior, enfatiza a importância da disseminação do assunto para que a população de Itajaí esteja devidamente a par deste processo de desestatização da gestão pública municipal.

"A nossa preocupação com a cidade está voltada aos estudos e empenhos que estamos realizando. É muito interessante que a gente consiga agregar uma alta quantidade de pessoas a favor da não desestatização, porque precisamos mostrar para a sociedade itajaíense que nós vamos perder em diversas áreas caso ocorra a desestatização. Precisamos abraçar essa bandeira e debater a luta por uma causa", enfatiza.

"Quando o prefeito Volnei Morastoni assumiu o cargo em 2017, foi efetuado um protocolo pois a legislação permite a solicitação antecipada de prorrogação por até 5 anos. Também foi preciso na época estabelecer um planejamento extremamente organizado em relação aos investimentos no Porto de Itajaí. Não havia até então, os berços 3 e 4, assim como a nova Bacia de Evolução", comenta a Assessora Executiva da Superintendência, Dra. Silvia Cristina Wanderlindé Benvenuti.

Ao final do encontro, representando as Entidades de Classe da Sociedade Civil Organizada, Leerson Batista da Costa, destacou intensificação pela informação coletiva do município a respeito da desestatização portuária: "O Porto de Itajaí tem estatísticas favoráveis por via da municipalização, e, por isso, precisamos que as representações que aqui se encontram, auxiliem a população de Itajaí, a terem conhecimento do qual importante é a trajetória do porto, sendo um exemplo de sucesso justamente por ser regido de forma municipalizada", conclui.

Mais informações:

Fábio da Veiga - Superintendente do Porto de Itajaí. (47) 3341-8029

*Texto: Bianca Luca - Estagiária/SECOM - Secretaria Geral de Comunicação Social - SECOM/SPI (47) 3341-8095

*Fotos: Luciano Sens - Secretário Geral de Comunicação Social.

Autor: Luciano Sens

partoittajai.com.br – Privado

Fonte: Secom, em 3 de agosto de 2021

Figura 4: Matéria publicada no portal de notícias O Tempo

Criado Fórum de Defesa Permanente para discutir avanços sobre a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal

Por **Cláudio Boethner** - 3 de Agosto de 2021

Aconteceu nesta manhã de terça-feira, 03, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Itajaí, um encontro para debater os assuntos gerais sobre o atual processo de desestatização do Porto de Itajaí.

O objetivo do encontro motivou a criação de um "Fórum de Defesa" e destacou importantes itens para manter a Autoridade Portuária pública municipal. Este Fórum, por meio de seus representantes, estarão ajustando diretrizes, afim de informar à toda população de Itajaí quanto ao desembaraço deste processo e como será apresentado o novo modelo de gestão no próximo dia 25, com a presença dos representantes da Secretaria Nacional de Portos, Transportes Aquaviários (SNPTA) e Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Durante o encontro também foram lembrados os avanços que o porto de Itajaí conquistou ao longo do período do contrato (25 anos), que se encerra em 31 de dezembro de 2022.

Participaram do encontro o Prefeito e Vice-Prefeito de Itajaí, **Volnei Morastoni** e **Marcelo Sodré**, respectivamente, o Superintendente do Porto de Itajaí, **Fábio da Veiga**, juntamente com a Assessora Executiva da superintendência, Dra. **Silvia Cristina Wanderlinde Benvenuti**.

"A nossa preocupação com a cidade está voltada aos estudos e empenhos que estamos realizando. É muito interessante que a gente consiga agregar uma alta quantidade de pessoas a favor da não desestatização, porque precisamos mostrar para a sociedade itajaiense que nós vamos perder em diversas áreas caso ocorra a desestatização. Precisamos abraçar essa bandeira e debater a luta por uma causa", enfatiza.

"Quando o prefeito Volnei Morastoni assumiu o cargo em 2017, foi efetuado um protocolo pois a legislação permite a solicitação antecipada de prorrogação por até 5 anos. Também foi preciso na época estabelecer um planejamento extremamente organizado em relação aos investimentos no Porto de Itajaí. Não havia até então, os berços 3 e 4, assim como a nova Bacia de Evolução", comenta a Assessora Executiva da Superintendência, Dra. **Silvia Cristina Wanderlinde Benvenuti**.

Ao final do encontro, representando as Entidades de Classe da Sociedade Civil Organizada, **Laerson Batista da Costa**, destacou a intensificação pela informação coletiva do município a respeito da desestatização portuária: "O Porto de Itajaí tem estatísticas favoráveis por via da municipalização, e, por isso, precisamos que as representações que aqui se encontram, auxiliem a população de Itajaí, a terem conhecimento do quão importante é a trajetória do porto, sendo um exemplo de sucesso justamente por ser regido de forma municipalizada", conclui.

Itajaí através do governo, como um modelo de sucesso no Brasil:

"O nosso Porto de Itajaí é um pequeno grande porto, porque tem apenas um quilometro de cais com 4 berços, e se destaca pelo sucesso que desempenha, tornando-se modelo de gestão através da autoridade pública municipal, reconhecido nacionalmente pelo governo federal. O movimento iniciou em 1995, ou seja, estamos a 25 anos com a autoridade pública municipal concretizado somente em 1997, através de uma delegação, havendo possibilidade de prorrogação por mais 25 anos. Os gráficos e relatórios de desempenho ao longo deste período, comprovam um crescimento superior a **1.500%**. O desempenho operacional do porto é fruto de uma conjugação de vários setores, inclusive de uma cidade que abraça o Porto", conclui.

O presidente da Intersindical Laboral e do Sindicato dos Arrumadores de Itajaí, **Ernando João Alves Júnior**, enfatiza a importância da disseminação do assunto para que a população de Itajaí esteja propriamente a par deste processo de desestatização da gestão pública municipal:

Fonte: O Tempo, em 3 de agosto de 2021.

O exemplo acima mostra a publicação de release na íntegra, como matéria jornalística, pelo jornal O Tempo, no dia 3 de outubro de 2021. A assessoria elaborou o release para divulgar a criação conjunta do fórum de defesa permanente, realizada por meio de órgãos públicos, entidades de classe e trabalhadores portuários, para debater assuntos correlatos ao processo de desestatização do Porto de Itajaí. O jornal apropriando-se do título e texto, sem a constatação de que a equipe da assessoria foi a responsável pela produção do texto.

Figura 6: Matéria publicada no portal de notícias O Nosso Jornal

Porto de Itajaí comemora 27 anos de municipalização com modernização e crescimento

Onom, quinta-feira (16), foram comemorados os vinte e sete anos de municipalização do Porto de Itajaí, um dos mais importantes do país e pilar do desenvolvimento de toda a Foz do Itajaí, uma vez que a cadeia portuária se espalha pelos municípios da região, oportunizando empregos, gerando renda e arrecadação de impostos. Relatos históricos indicam que as primeiras atividades no porto iniciaram em 1905, quando ocorreram os primeiros estudos para a sua criação, realizados pela Comissão de Melhoramentos de Portos e Rios. Em 1914 a primeira obra foi realizada, composta de 700 metros no molhe sul (Itajaí), seguidas mais tarde no molhe norte (atualmente Navegantes), e em 1938 foi construído o primeiro trecho de cais com 233 metros de comprimento com estrutura de concreto armado, juntamente com a primeira instalação de armazém. Já a superintendência do terminal público, na condição de Autoridade Portuária, responsável pelas operações do porto itajalense e o terminal portuário privado de Navegantes, é uma organização que integra a administração pública indireta do Executivo municipal de Itajaí, estando assim desde 16 de junho de 1995.

Porto e cidade

O prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni (MDB), fez breve retrospectiva durante estes 27 anos de

breve retrospectiva durante estes 27 anos de atuação, sendo um porto regido pela alcunha de "Autoridade Portuária Público Municipal", direcionada ao desenvolvimento portuário, no qual, envolve os investimentos aplicados e a importante relação do porto e a cidade.

Grandes mudanças

"Durante estes 27 anos, o Porto de Itajaí passou por grandes mudanças significativas em todos os setores e segmentos que incorporam a Autoridade Portuária. Desde que a administração e exploração do porto foram delegadas ao município, tornou-se notória a agilidade no andamento dos projetos investidos, além de que, todas as obrigações atribuídas à Autoridade Portuária, foram realizadas, destacando a reestruturação administrativa, manutenção e reposição de equipamentos portuários, conservação dos bens patrimoniais, dentre outros", explicou o prefeito.

Fatores positivos

Volnei ressaltou também os benefícios que acompanharam a municipalização. "Certamente, a municipalização do nosso porto, contribuiu para inúmeros fatores positivos como a economia local e regional, fiscalização da segurança da navegação na entrada e saída de navios, gestão de problemas

na entrada e saída de navios, gestão de problemas de tráfego na cidade, entre tantos outros fatores positivos".

Precisa continuar

O prefeito de Itajaí frisou ser necessária a manutenção do porto público. "Com um número expressivo de avanços, conquistas e investimentos aplicados de forma eficiente, é evidente a necessidade de garantir a permanência de uma gestão portuária pública e municipal, visto que o Porto de Itajaí é um exemplo de sucesso no Brasil. A construção de uma relação tão sincera e transparente, como é a relação porto/cidade, é motivo de orgulho para nós itajalenses que lutamos juntos desde o início, pela permanência do nosso tão querido porto", destacou Morastoni.

Números

Desde o início das atividades, o Porto de Itajaí apresenta números relevantes e expressivos em relação às suas operações e movimentações de cargas, custos portuários e volume de operações, sendo um terminal de carga geral. Em 1992, superou pela primeira vez a marca de um milhão de toneladas embarcadas e desembarcadas no cais comercial.

Recordes históricos

Fonte: O Nosso Jornal, em 21 de junho de 2022

O site de notícias intitulado, O Nosso Jornal, publicou em 21 de junho de 2022, uma matéria utilizando o mesmo texto divulgado pela assessoria do Porto de Itajaí, referente aos 27 da Autoridade Portuária Pública e Municipal. O título e subtítulo da matéria foram reelaborados, modificando e substituindo dessa forma, palavras como: comemora, modernização e crescimento.

Verificou-se que a matéria divulgada pelo jornal, obteve apropriação do conteúdo utilizando-o em forma de trechos e tópicos, assim como a entrevista realizada com o prefeito de Itajaí e com o superintendente do Porto, Fábio da Veiga. A foto encaminhada no corpo do e-mail do release, baseia-se em uma comparação do Porto de Itajaí em 1996, período no qual a Autoridade Portuária já se encontrava responsável pela gestão do Porto de Itajaí, comparando-a com outra imagem aérea, capturada no ano de 2020.

A assessoria divulgou em 20 de outubro de 2021, o release referente ao último relatório para a manutenção da Autoridade Portuária Pública e Municipal, elaborado por meio da Instituição do Vale do Itajaí, Univali, sendo encaminhado posteriormente para o Governo Federal.

Figura 7: Release elaborado pela Assessoria de Comunicação do Porto de Itajaí



F

Fonte: Secom, em 20 de outubro de 2021.

Figura 8: Matéria publicada no portal de notícias Oi SC, em 20/10/21.



Fonte: Oi SC, em 20 de outubro de 2021.

A análise realizada no portal de notícias Oi SC, averiguou a divulgação da matéria intitulada: Superintendência do Porto de Itajaí, Município de Itajaí e Univali, apresentam relatório final para manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal, produzida pela Secom, na mesma data em que foi enviada para o jornal, com apropriações parciais do release enviado pela assessoria. A análise comprovou a apropriação parcial do título do release, no qual, constatou-se a ausência da palavra “Superintendência”, enquanto o

sub-título foi utilizado de forma idêntica. As modificações que compreendem o texto, equivalem apenas à retirada da entrevista realizada com o prefeito de Itajaí.

Os quatro jornais analisados utilizaram as informações contidas nos releases produzidos pela assessoria, no que se refere ao processo de desestatização do Porto de Itajaí, sendo publicados na íntegra, ou parcialmente. Apurou-se a negligência por parte dos jornais analisados, no sentido da busca por informações ou a constatação da autoria do responsável pela produção dos releases, sendo publicados de forma idêntica nos portais analisados.

Uma entrevista realizada em 1º de outubro de 2022, com o Secretário de Comunicação do Porto de Itajaí, Luciano Sens, confirmou a ausência da procura por parte dos jornais da região em busca de informações adicionais ou concedimento de entrevistas pertinentes ao assunto. “O ethos jornalístico deve ser exercido por parte de cada profissional que exerce essa função, em respeito aos direitos autorais” (Sens, 2022)³.

Entre os doze releases produzidos pela assessoria e encaminhados para aproximadamente mil e trezentos veículos de imprensa, sete deles evidenciaram a prática que se assemelha a um moderno *gillette press* nos portais analisados.

A análise desta pesquisa constatou que o portal de notícias No Ponto SC, publicou na íntegra, três matérias idênticas aos releases produzidos pela assessoria do Porto de Itajaí, utilizando dessa forma, a mesma estrutura textual, incluindo título, sub-título e imagens. No jornal denominado O tempo, houve a constatação de quatro matérias publicadas na íntegra, sendo cópias idênticas aos releases enviados por meio da assessoria. A apropriação das informações textuais, assim como, imagens enviadas em anexos foram igualmente copiadas, enquanto o jornal OI SC evidenciou uma cópia, referente ao relatório final produzido pela Univali, sobre a manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal. O portal O Nosso Jornal, publicou de forma parcial, um o release. O material enviado pela assessoria foi utilizado pelo jornal com mínimas alterações no título, evidenciando o acréscimo do primeiro parágrafo do texto, sendo autoria do próprio jornal. A estrutura do texto foi modificada, sendo dividida em tópicos com a cópia de parágrafos extraídas do release. As entrevistas realizadas foram igualmente adicionadas, assim como, a imagem enviada em anexo junto ao e-mail.

³ Informação obtida por meio de entrevista com o Secretário de Comunicação do Porto de Itajaí, Luciano Sens, em 1º de outubro de 2022.

Considerações finais

O objetivo do estudo constituiu-se em analisar a cobertura do processo de desestatização do Porto de Itajaí e a forma com que os releases encaminhados pela assessoria de comunicação foram utilizados nos jornais da região. Constatou-se a prática da reprodução integral ou parcial dos releases sem qualquer menção aos jornalistas responsáveis pelos textos ou mesmo à assessoria do Porto de Itajaí, responsável pela publicação dos materiais em seu site, em quatro portais analisados. Isso demonstra a precarização da profissão do jornalista profissional em alguns veículos de comunicação da região. Estes, aproveitam os releases enviados pela Secretaria de Comunicação (Secom) e transpõem os textos sem qualquer menção à assessoria ou aos redatores da assessoria e, além disso, assinam estes textos que não lhes pertencem.

Essa prática semelhante ao antigo *gillette press* advindo dos primórdios do radiojornalismo brasileiro, ainda se faz presente nos dias de hoje, pois os jornais identificados nesta pesquisa sequer entraram em contato com a Secretaria de Comunicação do Porto a fim de solicitar potenciais entrevistas, averiguar dados ou enviar repórteres para cobrir possíveis eventos relacionados aos assuntos cobertos. Eles simplesmente realizaram a transposição dos conteúdos dos releases para compor as “matérias” de suas publicações.

Tal fato se torna ainda mais grave porque os veículos analisados são semanais, o que não justificaria falta de tempo para selecionar e ordenar as informações que são publicadas. Na prática do jornalismo, os releases servem como fonte de consulta para posteriores reportagens, o que não ocorreu nos textos analisados. Das sete matérias analisadas nos respectivos portais de notícias, comprovou-se que nenhuma redação se aprofundou no assunto, ou procurou saber mais informações, muito menos entrou em contato com a Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí.

Referências

- ARAÚJO, T. **Os desafios da assessoria de comunicação social na contemporaneidade**. Intercom 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0306-1.pdf>
- BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 13, jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.695.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, C.; REIS, L. M. A. **Manual prático de assessoria de imprensa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. Editora Atlas, São Paulo, 2003.

FENAJ. **Federação Nacional dos Jornalistas**. Manual de Assessoria de Comunicação. 4 ed., 2007.

ITAJAÍ. Lei complementar nº 366. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da autarquia municipal que exerce a atribuição de autoridade portuária e gestão do porto de Itajaí e estabelece outras providências. Itajaí. SC. 2019

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

ORTRIWANO, G. S. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista USP**. São Paulo. N. 56. Dez-fev 2002-2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/33808/36546>. Acesso em: 24 mai. 2024.

RUSO, H. **Porto de Itajaí: sua história**. Itajaí, SC: Bittencourt, 2013.

SENS, L. Entrevista com o diretor da Secretaria de Comunicação do Porto de Itajaí. 1º de outubro de 2022.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**, Vol 1: Porque as notícias são como são. Florianópolis, SC: Insular, 2005.